

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Fortunas femininas na estância/se oitocentista (1850-1888)

Sheyla Farias Silva*

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo verificar a partir dos bens arrolados nos inventários *post-mortem* a composição das fortunas das mulheres residentes em Estância/SE, no período de 1850 a 1888. No que concerne à distribuição da riqueza, constatamos a expressiva participação dos créditos, seguida pelos imóveis, escravos, dinheiro, mercadorias, móveis e animais. Constatamos, assim, que a dinâmica da economia estanciana possibilitou o emprego do capital acumulado em diversos bens.

Palavras-chave: Riqueza, Negociantes, Crédito.

Abstract

This research intends to analyse the composition of the trader's fortunes in Estância/SE, basically from their *post-mortem* inventories from 1850 to 1888. During our research we could see that the majority of Estancia's fortunes was made of credits, followed by real properties, slaves, money, merchandise, animals and crops what shows that the dynamics of Estancia's wealthiness was based on a variety of different goods.

Key words: weathyness, dealers, credits.

O cenário do Brasil Oitocentista é marcado por intensas transformações: a independência política (1822) e sua afirmação enquanto nação; a Lei de Terras (1850) que regulamentava o acesso a terra; o declínio da sociedade escravista devido às pressões internacionais para a abolição do trabalho escravo, movimentos abolicionistas, resistência escrava, entre outros, que tem em meados deste século seu primeiro enclave – a Lei Eusébio de Queiroz (1850) que proibia o tráfico internacional de escravos e culmina com a Lei Áurea (1888) que deu fim ao trabalho compulsório no Brasil, uma “plantation” açucareira em crise no Norte Agrário, graças à concorrência internacional, a consolidação de um novo produto agrícola - o café - e a Proclamação da República (1889).

Foi justamente no Oitocentos - século de intensas transformações - que Sergipe se integrou ao comércio internacional via exportação do açúcar. Acredita-se que o cultivo da

* Professora da rede estadual de ensino de Sergipe e da Universidade Tiradentes. Doutoranda e Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia, licenciada em História pela Universidade Federal de Sergipe.

cana em Sergipe tenha sido resultado da expansão da lavoura açucareira do recôncavo baiano, sendo financiado pelas casas comerciais baianas. Foi graças a esses empréstimos concedidos que os lavradores e pecuaristas tornaram-se senhores de engenhos e de escravos, possibilitando, assim, a aquisição da mão-de-obra escrava, animais, utensílios, maquinarias, bem como a construção dos engenhos(PASSOS SUBRINHO, 1987:23).

Nesse contexto, Estância¹ - localizada na zona da Mata Sul de Sergipe - construiu sua riqueza, uma economia que outrora pautara-se na criação de gado e cultivo de produtos para a subsistência, tornou-se em meados do século XVIII, o maior núcleo urbano da região sul, como também um grande centro açucareiro, comercial e financeiro, baseado no trabalho escravo, conquistando certa autonomia econômica frente a capital administrativa da Província.

Ao tentar explicar o comportamento econômico do Brasil escravista, a Historiografia Brasileira, por vezes, considerou que a monocultura, a grande propriedade, a mão-de-obra escrava e o caráter exportador de produtos tropicais de grande valor comercial, seriam os responsáveis pela constituição de fortunas, relegando a participação de outras atividades (PRADO JÚNIOR, 2000:7).

Destarte, a economia colonial estava estruturada na agricultura de exportação e no monopólio metropolitano do comércio que dificultava o desenvolvimento de um mercado interno, bem como de outras formas de acumulação endógena, mostrando-se subordinada às flutuações do mercado internacional, o que culminaria em uma nítida dependência da metrópole. Atribuiu-se, então, à economia de subsistência um papel secundário, por ser um apêndice da economia mercantil, na medida em que possuía baixa produtividade e rentabilidade, visto que era voltada para o mercado interno e era típica das pequenas regiões, tendo participação ínfima da mão-de-obra escrava. Conclui-se, então, segundo esse modelo explicativo, que a economia agroexportadora era a base da riqueza nacional.

Nesse contexto, a sociedade apresenta-se polarizada: por um lado os agentes da “plantation”, senhores de terras e de escravos eram privilegiados na distribuição das riquezas internas, bem como os comerciantes sediados em Portugal (exportadores e importadores de escravos - ferramentas indispensáveis para o funcionamento da unidade produtiva); no outro extremo, uma grande massa de despossuídos que estavam subordinados à “plantation”, vivendo da produção de subsistência. Nesses estudos, omitiam-se a presença feminina

¹ Banhada pelos dos rios navegáveis Piauí e Piauitinga, que formam a Barra do Rio Real, ancora o segundo mais navegável porto da Província no século XIX, favorecendo assim a circulação de mercadorias (FREIRE, 1896: 29).

enquanto agente produtivo, restringindo o seu papel às prendas do lar (FURTADO, 1967:289).

Todavia, estudos historiográficos recentes demonstram, a partir de análises documentais, a importância da economia de subsistência, do comércio de cabotagem e do tráfico atlântico de escravos para a acumulação de um capital interno, que por vezes financiou a grande lavoura agroexportadora (FARIA, 1998:24).

As novas interpretações históricas ampliaram a participação do capital mercantil na constituição da riqueza do Brasil nos últimos anos do período colonial e durante o império; comprovaram a existência de um mercado interno, movimentado pelas compras efetuadas pela “plantation”, pelos setores urbanos e por outros setores da sociedade. Tal dinâmica econômica possibilitou ainda, a participação de outros agentes, inclusive de mulheres - que não faziam parte da “plantation” e que tampouco a ela estavam subordinados, mas ligados a atividades de produção e comercialização de gêneros alimentícios.

Neste sentido, esta pesquisa vem demonstrar que não apenas na agroexportação residia a riqueza, assim como não estava concentrada somente nas mãos de senhores de engenhos e negociantes estrangeiros, tampouco exclusivamente em mãos dos agentes do sexo masculino, estando distribuída entre as mulheres de várias categorias sociais. Para isso, pesquisamos a vida material das mulheres inventariadas na cidade de Estância, grande centro econômico da região sul da Província de Sergipe.

A época perquirida é justificada pelo fato de que em 1850 serem sancionadas as leis de Extinção do Tráfico Internacional de Escravos e Lei de Terras, posturas que repercutiram e possibilitaram mudanças no perfil de riqueza. A segunda data estabelecida corresponde à abolição da escravatura, que rompe com a então forma de trabalho compulsório, grande pilar da economia nacional.

Para elaboração deste estudo, consultamos 475 inventários *post-mortem*, no período de 1850-1888, dos quais nos deteremos a analisar 208 que pertencem a mulheres residentes em Estância/SE. Nestes inventários identificamos e quantificamos os bens dos inventariados tais como: escravos; jóias (peças de ouro e de prata), bens de raiz (casas, terrenos, fazendas, chácaras e lavouras), semoventes (bovinos, eqüinos, muares, caprinos e ovinos), bens móveis (imagens, roupas, trastes de casa, louça etc.), ferramentas (arreios, martelos, moinhos, foices, enxadas, machados etc.), ações, dívidas ativas (valores a receber referente a empréstimos em dinheiro ou venda de bens), mercadorias, plantações, dinheiro, além de outros bens que compunham o *monte-mór* e seus respectivos valores, o que permitiu a visualização do movimento da riqueza estanciana. O caráter descritivo desta documentação

torna-se essencial para a construção da vida material das mulheres da época. Vale salientar que mesmo possibilitando a percepção de movimento ao serem analisados em série, os inventários quando tomados individualmente, são retratos de uma riqueza estática, onde os agentes por motivos adversos podem em determinado momento de suas vidas terem deixado de investir em um bem.

Para melhor visualizarmos as fortunas² chefiadas pelas mulheres residentes nesta Comarca na época em apreço período, agregamos os bens arrolados nas seguintes categorias: bens escravos; bens de raiz e plantações; bens móveis, que englobariam além dos trastes de casa, as jóias e ferramentas; dívidas ativas; semoventes; dinheiro e estoques ou conforme mencionava a linguagem da época “fazendas”, gêneros encontradas em suas lojas.

Assim temos a composição das fortunas das mulheres estancianas no período proposto:

Tabela 1
Estância – Sergipe
1850 – 1888
Composição da Riqueza das Mulheres

Bens	Total em contos de réis	Porcentagem
Escravos	57:3490\$096	32%
Raiz	711:615\$820	39%
Móveis	61:669\$108	3,5%
Semoventes	76:161\$600	4,5%
Dívidas ativas	292:396\$023	16%
Fazendas (mercadorias)	23:306\$027	1,3%
Dinheiro	67:986\$527	3,7%
Total	1806:625\$201	100%

Fonte: Inventários, Estância (1850-1888) – Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe.

A participação feminina na economia estanciana correspondia a 43,6% do total de inventariados consultados, contribuindo expressivamente para a construção da riqueza local. Podemos ainda verificar a presença feminina à frente de grandes unidades produtivas e como administradoras de grandes unidades produtivas e como administradoras de grandes fortunas.

² Cabe ressaltar que neste estudo a posse de qualquer bem caracteriza uma fortuna (Mattoso, 1992, p. 608).

Nesse cenário, as viúvas desempenharam um papel de destaque na economia local, na medida em que representavam 35,8% dos credores e 45,5% dos proprietários das maiores fortunas. Conforme a tabela 1, as mulheres estancianas que lideravam seus negócios investiram maiores valores nos bens imóveis, escravos e créditos, respectivamente.

Em nossa pesquisa, constatamos que as mulheres optaram em investir na diversidade de bens que compunham suas fortunas, a exemplo de D. Joana Rodrigues Dantas Oliveira, que casada com um próspero comerciante estanciano, Virgínio Moreira de Oliveira, possuía entre os seus bens dez escravos (7:700\$000), uma casa situada na rua do Caminho do Rio, com frente de pedra cal, cinco portas, três janelas envidraçadas, uma sala e armação de loja (6:000\$000) e um sítio (600\$000), alguns trastes do lar (852\$000), uma mula (200\$000) e um cavalo (100\$000). Foram arrolados no seu inventário a quantia de 125\$000 em dinheiro, bem como ações na Sociedade de Comércio da Bahia (1:200\$000), mercadorias da loja, tais como tecidos, ferramentas e utensílios do lar(11:199\$950) e dívidas ativas(22:252\$447) em mãos de cento e noventa e nove pessoas, correspondendo a 44,3% desta fortuna que foi avaliada em 50:230\$237.

Quanto a abrangência dos bens entre as mulheres inventariadas, temos que 88% possuíam bens de raiz, compostos em simples casas que por vez funcionavam como residência e “venda”, sobrados, quinhões em engenhos, casas comerciais, armazéns, que correspondem a 39% da riqueza das mulheres estancianas. Enquanto as detentoras de plantações correspondem a 7,2% das inventariadas.

Outro bem que merece destaque em nossa análise é a posse de escravos, sinônimo de abastança, abrangia a 66% das fortunas femininas, que em geral, possuíam uma pequena propriedade escrava (1 a 5 cativos) representando 32% da suas fortunas.

Numa sociedade em que o trabalho braçal era depreciado e que a mão-de-obra escrava disseminara-se em todos os setores, a escravidão representava bem mais que uma instituição econômica lucrativa, significava abastança e ostentava status para os outros (CONRAD, 1978:15). Reconhecendo o valor do bem escravo na composição das fortunas oitocentistas, e de acordo com a tabela 2, traçamos o perfil da propriedade escrava na região pesquisada, para isso, dividimos o número de escravos por categorias e estabelecemos o número de proprietários e escravos de acordo com o tamanho da propriedade escrava.

Tabela 2
Estância – Sergipe
1850 – 1888
Distribuição da Propriedade Escrava

TAMANHO DA PROPRIEDADE ESCRAVA	Proprietárias		Escravos	
	Número	%	Número	%
Pequeno (1 a 5 Escravos)	96	68	224	22
Médio (6 a 10 Escravos)	25	18	195	19
Grande (Acima de 11 Escravos)	20	14	611	59
Total	129	100	1030	100

Fonte: Inventários. Estância (1850 - 1888) - Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe.

As proprietárias que possuíam de 1 a 5 escravos eram em geral, mulheres dedicados ao comércio varejista ou à atividade criatória ou mesmo aquelas que tinham nas atividades urbanas sua fonte de riqueza, sendo que um pequeno número de escravos era suficiente para o bom desempenho de suas atividades, bem como para ostentar prosperidade. Os escravos, por sua vez, poderiam dedicar-se a várias funções.

As grandes propriedades de cativos, pertenciam àquelas que tinham como principal atividade o comércio ou a atividade de agroexportação de açúcar, pecuária e produção de alimentos, desse modo tinham necessidade de mais trabalhadores.

No que concerne ao tamanho da propriedade escrava (tabela 2), constatamos nesta região, a predominância da pequena propriedade, abrangendo 68% das proprietárias. Entretanto, 59% dos escravos pertencem a 14% das proprietárias, o que atesta uma concentração de cativos nas mãos de um pequeno grupo. A utilização de escravos em atividades não exportadoras, como o comércio, refuta a premissa de que tais trabalhadores eram empregados exclusivamente nas atividades agroexportadoras, os quais se faziam presentes em todos os setores produtivos do Brasil escravista (BARICKMAN, 2003:213-216).

Outro bem que merece destaque na composição da riqueza, são os semoventes, devido seu caráter utilitário. Os animais poderiam servir como meio de transporte, força motriz e alimentos, registrados em 51% dos inventários consultados, sendo registrados 692 animais (511 cabeças de gado vacum, 148 cabeças de cavalares e 33 cabeças de ovinos), correspondendo a 4,5% da composição da fortuna. Os gados vacuns e ovinos eram geralmente utilizados como fornecedores de alimentos, tendo custado em média 22\$000, os primeiros e

1\$300 os últimos; já os cavaleiros serviam como meio de transporte, tendo o preço médio de 50\$000.

A presença de dívidas ativas corresponde a 23,5% das inventariadas, que por sua vez representam 16% do total da riqueza inventariada. Essa representatividade dos créditos ativos nos inventários pode ser justificada por no século XIX, assim como no período colonial, não existir no Brasil um sistema de crédito oficial acessível, o que favoreceu a uma rede de empréstimos pessoais, evidentes nos inventários, bem como nos livros das lojas comerciais (MELLO, 1990:81). O ato de emprestar entre os afortunados era quase obrigatório, quer por uma questão de posição ou por prestígio (MATTOSO, 1992:609). Destarte, verificamos em Estância um forte e organizado sistema de créditos, não restrito aos moradores da cidade, sendo encontrados empréstimos efetuados em favor de moradores de diversas partes da Província e de cidades baianas. Entre os grandes credores de Estância estava D. Luísa Maria da Trindade Franca, viúva do negociante João Manuel Barbosa de Franca, teve sua fortuna avaliada em 14:702\$240, composta por duas escravas (850\$000), poucos móveis (242\$120), um burro (60\$000), dinheiro em espécie (1:892\$240) e dívidas ativas empenhadas a 159 pessoas, no valor de 11:657\$700.

No Brasil Oitocentista ainda é notável a carência de dinheiro, constituindo-se um bem restrito aos mais abastados. Na categoria “dinheiro”, foram agrupados dinheiro em espécie, apólices e ações representando 8% dos inventários consultados e 3,7% de investimentos nas fortunas mercantis estancianas. A partir desses dados inferimos que não era comum entre as estancianas guardar dinheiro, preferindo investir em bens que possibilitassem a ampliação do patrimônio. Contudo, se observarmos a participação deste bem na composição das fortunas ao longo dos anos, perceberemos um nítido crescimento, já que com a abolição do tráfico de escravos em 1850, seguida pelas leis abolicionistas, o bem escravo deixou de ser um investimento seguro e rentável, sendo preferida pelas afortunadas a aplicação de seus rendimentos em outros bens, como é o caso da aquisição de ações bancárias, apólices e mesmo empréstimos. Vejamos o exemplo de D. Maria do Espírito Santo Amado, casada com o negociante José Amado de Faria, que teve seus bens avaliados em 9:973\$410, distribuídos na posse de três escravos em idade produtiva que somam 2:000\$000, uma carroça (70\$000), um burro (60\$000), créditos nas mãos de dezesseis pessoas (3:284\$630) e mercadorias (fazendas, secos e molhados, adornos, louças, vinhos, cervejas, chá preto, farinha de trigo, livros das primeiras leituras, materiais escolares, talheres, ornamentos decorativos, especiarias, cosméticos) que somavam 4:558\$780.

A participação dos bens móveis, ferramentas e jóias, correspondia a 65% das fortunas femininas, entretanto representa 3,5% do total da fortuna acumulada, o que atesta o seu pouco valor no conjunto dos bens. O luxo e a ostentação na mobília só ocorreria se o proprietário fosse afortunado, caso contrário os móveis se resumiriam caixões para guardar os poucos trastes do lar.

As mercadorias, alicerce das fortunas das mulheres dedicadas ao comércio, estavam presentes em apenas 3,3% das fortunas avaliadas e representam 1,3% da riqueza. Devido ao caráter mercantil da economia estanciana, algumas mulheres destacaram-se como chefes de casas comerciais e mesmo com o falecimento dos seus cônjuges, elas não abandonaram a atividade comercial, tampouco reduziram seu patrimônio. Tomemos o exemplo da negociante Maria Antônia de Magalhães Ribeiro, filha dos negociantes Ana Francisca da Conceição Magalhães e Romão Lourenço de Magalhães, foi casada, em primeira núpcias, com o comerciante Nicolau Antônio de Abreu, com o qual teve duas filhas, ficando viúva em 1862, recebeu como herança a meação no valor de 40:390\$766. Após alguns anos, contraiu novo consórcio com outro negociante, Bernardino José Ribeiro, com o qual teve três filhos, falecendo em 1881. Na sua longa jornada, ao administrar a fortuna de suas filhas e a herança que recebeu, não hesitou em investir em outros bens, a saber: quarenta e oito ações no Banco da Bahia (8:000\$000), outras cento e trinta no Banco Mercantil (13:000\$000), outras cento e setenta na Sociedade do Comércio (17:000\$000) e vinte na Caixa (2:000\$000); o crédito também era o principal bem desta senhora (97:721\$372), que possuía, ainda, oito escravos (5:290\$000), bens de raiz (20:550\$000), alguns móveis (600\$000), quatro burros (330\$000) e mercadorias (6:014\$000), totalizando 170:505\$370, o que demonstra sua competência no ramo comercial.

Assim verificamos que as mulheres estancianas construíram suas fortunas pautadas na diversidade de bens, na qual os bens de raiz estavam presentes em 87% dos inventários, compostos em sua maioria por imóveis urbanos; seguidos pelos escravos (82%), bens móveis (85%), mercadorias (75%), dívidas ativas (68%), semoventes (53%) e dinheiro (27%).

Lista de Fontes Primárias

Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe

Cartório de Estância 1º e 2º ofício

Inventários *post-mortem* (1820 – 1890) Cx. 1 - 1^A e 12 -79^A

Arquivo Público do Estado de Sergipe

Lista de Qualificação de Votantes de Estância (anos 1853 e 1862)

Referências bibliográficas

- BARICKMAN, B. J. *Um Contraponto Baiano: Açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1790-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Tradução: Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FREIRE, Laudelino. *Quadro Coreográfico de Sergipe*. Rio de Janeiro: H.Garnier Irmãos. 1896, p.29.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1967.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia século XIX: Uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MELLO, Zélia M. Cardoso de. *Metamorfose da Riqueza: São Paulo, 1845-1895. Contribuição ao estudo da passagem da economia mercantil-escravista à economia exportadora capitalista*. 2. ed. São Paulo. Hutitec, 1990.
- PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. *História Econômica de Sergipe (1850-1930)*. Aracaju: Programa Editorial da UFS, 1987.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.